



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto

1.1.1. O presente termo de referência tem como objeto estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que objetiva a contratação de empresa (s) para prestação de serviços em **Manutenção Preventiva periódica, Calibrações anuais e Manutenções Corretivas sob demanda e ilimitadas, com Reposição de Peças/componentes sob demanda, no equipamento do tipo TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO localizado no HMMA, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme especificações e estimativas dos quantitativos constantes no ANEXO I deste Termo de Referência (TR).

1.1.2. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Da classificação do objeto

1.2.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 065, de 29 de agosto de 2023;

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de *bens e serviços comuns*, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Da Divisão por Cotas, prevista na LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

1.3.1 Para o presente certame, *optou-se por não haver divisão por cotas*, objetivando prevenir prejuízo ao conjunto do objeto pretendido:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

1.3.2. Do ponto de vista da economicidade, eficiência e gestão otimizada de contratos não se configura vantagem técnica e econômica para a Administração a dissolução dos itens;

1.3.3. *In casu*, cumpre avaliar que o julgamento de menor preço por grupo de itens se mostra como mais adequado à administração pública, por favorecer à economicidade e eficiência da gestão contratual, referente ao objeto desta contratação;

1.3.4. Economicamente, evidencia-se a possibilidade de obter desconto no preço global ofertado pelo serviço, tendo em vista que os todos os itens serão adjudicados para uma única empresa.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir:

2.1 A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caruaru possui em seu parque tecnológico o equipamento do tipo *tomógrafo computadorizado* localizado no HMMA - Hospital Municipal Dr. Manoel Afonso que permite aos médicos examinarem através dos tecidos humanos com grande facilidade, detectando assim ossos quebrados, inadequações em cavidades, etc., além de tornar possível o diagnóstico de várias doenças. Para manter o tomógrafo em pleno

funcionamento, faz-se necessária a realização de manutenções preventiva e corretiva, pois é de suma importância evitar paradas não programadas durante os atendimentos na Unidade de Saúde Hospital Manoel Afonso, garantindo-se assim o atendimento à população que necessita de exames de diagnóstico por imagem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2 A Contratação de uma empresa para prestar serviços especializados de assistência técnica de manutenção preventiva anual e calibração, e manutenções corretivas sob demanda e ilimitadas, e com reposição de peças e componentes sob demanda, com valores empenhados em anexo, no equipamento do tipo TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO da Rede, localizado na unidade de saúde do município de Caruaru-PE(HMMA - Hospital Municipal Dr. Manoel Afonso). O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura e publicação do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 105 a 107 e 110 da Lei nº 14.133, de 2021 visando garantir plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável do equipamento, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, e ainda manter o patrimônio da SMS.

2.3 Tal contratação justifica-se pela necessidade do atendimento e da prestação de serviços de uma empresa especializada de assistência técnica de manutenção preventiva e calibração anuais, e manutenção corretiva ilimitada ao ano e sob demanda, no equipamento médico de TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA da rede municipal localizado na unidade de saúde do município de Caruaru-PE, Hospital Manoel Afonso, de forma contínua, rápida e eficiente para melhor utilização de toda estrutura tecnológica disponível no Parque tecnológico da SMS, tanto do ponto de vista de redução de custos para a otimização do uso e disponibilidade de atendimento aos pacientes em todas as atividades assistenciais e intensivas, cirúrgicas, ambulatoriais e laboratoriais.

2.4 Há que se considerar que o objeto da contratação será executado, principalmente, em ambiente hospitalar, cuja atividade fim é a prestação do serviço de assistência à saúde, o que requer um padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, a fim de garantir qualidade no atendimento ao paciente com segurança e efetividade.

2.5 É imprescindível para o adequado funcionamento do equipamento que as manutenções sejam realizadas dentro dos padrões de segurança estabelecidos por organismos nacionais e internacionais e pelas especificações técnicas dos fabricantes, busca-se assegurar a qualidade, eficácia e segurança dos serviços prestados, reduzindo riscos e custos inerentes à operação. Além disso, a contratação de empresa especializada proporcionará maior rastreabilidade, economicidade, disponibilidade do equipamento e menor impacto ambiental possível.

2.6 Reafirmando, tais manutenções devem ser realizadas dentro dos padrões de segurança estabelecidos por organismos nacionais e internacionais e pelas especificações técnicas do fabricante, buscando assegurar a qualidade, eficácia e segurança dos serviços prestados, reduzindo riscos e custos inerentes à operação. Além disso, a contratação de empresa especializada proporcionará maior rastreabilidade, economicidade, disponibilidade do equipamento e menor impacto ambiental possível.

2.7 Cumpre informar que a SMS não possui atualmente contrato vigente para os serviços pleiteados no presente certame.

2.8 Por tudo referido, resta justificada a presente contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO)

3.1 Buscou-se utilizar a centralização de contratação de serviços que revele-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo e redução de tempo.

3.2 A solução que melhor atende aos interesses da administração pública, é a contratação de empresa (s) para prestação de serviços em **Manutenção Preventiva periódica, Calibrações anuais e Manutenções Corretivas sob demanda e ilimitadas, com Reposição de Peças/componentes sob demanda, no equipamento do tipo TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO localizado no HMMA, pelo período de 12 (doze) meses, por meio da**

modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nos ditames do art. 6º, XLI da lei 14.133/2021, regulamentado pelo art.4º do Decreto Municipal nº 034, de 14 de março de 2024, nos termos:

Art. 4º O pregão, com critério de julgamento menor preço ou maior desconto, deve ser adotado para aquisição de bens e serviços comuns, sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3 Em suma a solução consiste no atendimento, pela empresa contratada dos seguintes requisitos, que serão melhor detalhados do Termo de Referência do certame: i. Realizar os serviços de manutenção preventiva, Calibrações anuais (1 ao ano) e manutenção corretiva sob demanda ilimitada por período de doze 12 meses com cobertura total, incluindo visitas técnicas, deslocamentos, hospedagens, mão de obra, fornecimento e substituição de todas as peças necessárias — como componentes eletrônicos, cabos, conectores e demais itens especificados pelo fabricante —, atualização de software, testes de segurança elétrica e qualificação de instalação, operação e desempenho (quando aplicável), independentemente do valor ou criticidade das peças, no menor prazo tecnicamente possível ii.Repor e aplicar todas as peças sob demanda necessárias ao pleno funcionamento do equipamento de acordo com as orientações do fabricante. Para tal, haverá uma reserva de valor para aquisição de peças/componentes sob demanda, iii.Capacitar tecnicamente os operadores da contratada que atuem em contato direto ou indireto com o equipamento, enfatizando o correto manuseio deste e os seus procedimentos básicos de Segurança, iv. Oferecer treinamento anual ou sempre que houver atualização de software aos operadores e equipe técnica do hospital sobre operação segura do tomógrafo, identificação de falhas comuns e procedimentos de segurança; v. Todas as despesas de deslocamento, alimentação, estadia e material utilizado pelo instrutor/ facilitador dos treinamentos devem ser de responsabilidade da contratada, vi. Deverá ser elaborado Plano de Gestão da Manutenção do equipamento de tomografia com cronograma das manutenções preventivas, estas manutenções devem seguir o manual do fabricante do equipamento, vii. Realizar calibrações caso seja necessária, no equipamento ou após ter efetuado alguma manutenção corretiva, viii.Devem ser realizados testes de aceitação de controle de qualidade de imagem pela contratada de acordo com a instrução normativa da ANVISA nº 93 de 27 de maio de 2021, ix. Caso seja identificada a obsolescência do equipamento, a CONTRATADA deverá emitir o laudo de obsolescência, com fotos, identificação do equipamento, identificação do engenheiro responsável técnico e sua posterior assinatura; e x. Todos os serviços e fornecimentos deverão estar integralmente incluídos no contrato e em conformidade com as orientações do fabricante do equipamento e com as exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021 ou legislação vigente) e demais normativas aplicáveis.

3.4 Quanto à forma de contratação, a modalidade de Pregão Eletrônico mostra-se a mais adequada à presente demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório. O pregão eletrônico possibilita ampla competitividade, transparência, celeridade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de favorecer a participação de fornecedores de diferentes localidades, ampliando a disputa e potencializando ganhos de economicidade.

3.5 Dessa forma, a solução como um todo aliando a contratação integrada dos serviços à adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória, revela-se tecnicamente adequada, administrativamente eficiente e juridicamente amparada, atendendo ao interesse público e às necessidades assistenciais da rede municipal de saúde de Caruaru.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Será recomendado à empresa contratada, conforme previsão neste instrumento, que a mesma deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, mediante orientações do art. 6º da IN/SLTI/MPOG nº01/2010 (Compras Sustentáveis).

4.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2.1. Não há exigências de marca(s) para os itens a serem adquiridos/contratados neste certame, contanto que sejam cumpridas as especificações presentes na descrição dos mesmos, que podem ser apreciadas no *ANEXO I* deste Termo de Referência.

4.3. Da Vistoria

4.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim;

4.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.3.4. A visita terá por finalidade inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada no pregão eletrônico;

4.3.5. Para comparecer aos locais para a vistoria, os interessados deverão agendar previamente com a Coordenação de Engenharia Clínica, pelo telefone (81) 3101 - 0381, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas, ou pelo email: engenhariaclinica@saudecaruaru.pe.gov.br ;

4.3.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o CONTRATADO assumir os ônus dos serviços decorrentes;

4.3.7. A visita técnica não será obrigatória para fins de habilitação, não podendo, porém, a LICITANTE alegar desconhecimento do local ou condições do local do Objeto deste Processo;

4.3.8. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá entregar, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme determina o art. 63, § 3º da Lei 14.133/2021.

4.4. Dos Requisitos Legais:

- I. Lei Federal Nº14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- II. Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 55, IV.
- III. DECRETO Nº 058, DE 09 DE MAIO DE 2024, que *Regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caruaru/PE.
- IV. DECRETO Nº 083, DE 29 DE JULHO DE 2025, que *Regulamenta o cumprimento das cotas de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos contratos celebrados pela Administração Pública Municipal de Caruaru.*
- V. Lei Federal Nº10.406/2002 – Código Civil.

4.5. Dos Requisitos Específicos

- I. Os itens deverão ser padronizados pela própria fabricante, peças genuínas em estado de novo;
- II. A empresa contratada obriga-se a:
 - a) Realizar os serviços de manutenção preventiva, Calibrações anuais (1 ao ano) e corretiva sob demanda ilimitada por período de doze 12 meses com cobertura total, incluindo visitas técnicas, deslocamentos, hospedagens, mão de obra, fornecimento e substituição de todas as peças necessárias — como componentes eletrônicos, cabos,

conectores e demais itens especificados pelo fabricante —, atualização de software, testes de segurança elétrica e qualificação de instalação, operação e desempenho (quando aplicável), independentemente do valor ou criticidade das peças, no menor prazo tecnicamente possível.

- b) Todos os serviços e fornecimentos deverão estar integralmente incluídos no contrato e em conformidade com as orientações do fabricante do equipamento e com as exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021 ou legislação vigente) e demais normativas aplicáveis.

III. Substituição do Tubo do Tomógrafo:

a) A substituição será realizada no quantitativo de 01 (um) tubo de raio x quando apresentada falha ou defeito que comprometa o funcionamento do equipamento, e conforme valor cotado de peças sob demanda.

b) A contratada deverá fornecer um tubo novo e realizar a substituição do tubo antigo defeituoso do Tomógrafo, conforme valor cotado de peças sob demanda, bem como proceder a devida destinação/descarte do tubo antigo, conforme legislação vigente.

c) A realização do serviço com todas as ferramentas e insumos necessários para a substituição do Tubo de Raio-X do equipamento de tomografia, objeto da contratação, será realizado às expensas da contratada. .

d) A garantia do Tubo de Raio-X do equipamento de tomografia deverá ser de no mínimo 18 meses. As demais peças possuem garantia mínima de 12 meses;

e) Todos os custos referentes a substituição do item em garantia, inclusive o transporte e mão de obra serão suportados pela CONTRATADA;

f) Disponibilizar peças de backup, no prazo de até 48 horas, quando houver necessidade de aquisição de peças que cause a inoperância total ou parcial do equipamento;

g) Disponibilizar assistência técnica autorizada local ou região próxima até 500 km distância do Hospital Municipal Manoel Afonso;

h) Caso a CONTRATADA deixe de executar os serviços, objeto do presente contrato, obrigando a CONTRATANTE, face às necessidades da mesma, a contratar terceiros no mercado, fica obrigada cobrir qualquer diferença de custo, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor;

i) Realizar todos os ajustes e testes necessários após cada substituição do tubo, garantindo que o equipamento esteja plenamente funcional e operando conforme as especificações do fabricante, assim como em conformidade com as legislações e normas vigentes aplicáveis à segurança e desempenho de equipamentos de tomografia.

IV. Assegurar que todos os serviços executados estejam em conformidade com as normas técnicas do fabricante, padrões de qualidade exigidos pela ANVISA e boas práticas de manutenção hospitalar, comprometendo-se a corrigir, sem qualquer ônus adicional, falhas, defeitos ou não conformidades identificadas durante a vigência contratual.

V. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e demais requisitos exigidos no processo licitatório, devendo apresentar, sempre que solicitado, documentação atualizada.

VI. Dispor de todas as peças de reposição originais ou homologadas pelo fabricante, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, garantindo a total compatibilidade com o modelo do equipamento, inclusive para itens de alto custo, como tubos de raio-X, detectores, fontes, placas eletrônicas e cabeamento óptico.

VII. Cumprir integralmente as exigências, incluindo a periodicidade mínima das manutenções preventivas, os testes de desempenho e segurança elétrica, e os registros exigidos pela legislação sanitária (RDC 611/2022 da ANVISA), com supervisão do Setor de Engenharia clínica do município de Caruaru.

VIII. Proceder à reinstalação, calibração, verificação de desempenho e validação funcional do equipamento após cada intervenção corretiva, com emissão de relatório técnico detalhado, assinado por engenheiro legalmente habilitado.

IX. Fornecer à CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas após a execução de qualquer serviço, todos os documentos comprobatórios do atendimento técnico, incluindo relatórios de serviços, checklists de manutenção, peças substituídas, certificados de calibração (quando aplicável) e parecer do técnico ou engenheiro de campo responsável da manutenção, com as devidas assinaturas.

X. Responder integralmente por quaisquer irregularidades, falhas técnicas, omissões, atrasos ou descumprimentos contratuais que possam comprometer a operação do equipamento, sujeitando-se às penalidades previstas no contrato.

XI. Assumir total responsabilidade por vícios ocultos e danos decorrentes dos serviços prestados, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

5.3. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

5.3.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

5.3.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

5.3.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

6.1. Das condições da execução:

6.1.1. Dos Prazos

6.1.1.1. Início da execução do objeto: em até **15 (quinze) dias corridos** após a assinatura do contrato e o envio da Autorização de Serviço, a contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, obedecendo ao cronograma estabelecido pela Coordenação de Engenharia Clínica SMS.

6.1.1.2 Caso não seja possível executar os termos do objeto na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.2. Do Local de Execução dos Serviços: HMMA - Hospital Municipal Dr. Manoel Afonso. R. Quitéria Francisca da Silva, 494 - Maria Auxiliadora, Caruaru - PE.

6.1.3. Da Execução do Objeto:

- I. *As manutenções preventivas terão periodicidade Anual sendo 1(uma) preventiva por ano ou de acordo com o manual do fabricante do equipamento com procedimentos mínimos a fim de testar, calibrar, limpar, efetuar reparos e manter o equipamento em plenas condições de operação, estado de conservação e/ou funcionamento;*
- II. *O número de chamados para manutenção corretiva deve ser ilimitada sob demanda durante o período de 12 meses. O chamado e/ou atendimento deverá ser realizado em dias úteis, em horário a combinar com a unidade de saúde onde está instalado o equipamento;*
- III. *Os serviços serão realizados no hospital Manoel Afonso as manutenções preventivas/corretivas e calibrações deverão ser realizadas em horário comercial das 08h às 16h previamente agendada com a unidade de saúde ou de forma remota para resoluções de problemas que envolvam erros ou bugs mais simples do sistema, onde está instalado o equipamento e informando ao setor de engenharia clínica o dia e horário da execução dos serviços;*
- IV. *As peças/componentes/acessórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser certificados pelos órgãos competentes (ex. INMETRO), obedecer aos normativos correspondentes (ex. ABNT, NBR, RDC Anvisa), e serem constituídos por materiais atóxicos, de fácil higienização, resistentes e seguros, além de vir acompanhados - quando necessário e se possível - do manual do usuário, com uma versão em português.*

6.1.4 Da descrição dos serviços:

6.1.4.1 Da Manutenção Preventiva:

I. As manutenções preventivas terão periodicidade Anual (1 preventiva ao ano) ou conforme o manual do fabricante do equipamento, mediante visita de inspeção e vistoria, pelo Engenheiro de campo da CONTRATADA, previamente agendados e procedimentos mínimos a fim de testar, calibrar, limpar, efetuar reparos e manter o equipamento em plena condição de operação, estado de conservação e/ou funcionamento, contemplando testes de segurança e teste de qualidade.

II. Deverá ser realizado no mínimo os seguintes procedimentos:

A.Revisão de segurança elétrica e mecânica;

B.Comprovação dos dados básicos;

C.Revisão funcional;

D.Modificações Técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;

E.Fornecimento de material para manutenção preventiva como lubrificantes (óleos e

F.graxas);

G.Lubrificação dos componentes mecânicos;

H.Limpezas e revisão da qualidade, incluindo calibração do equipamento e demais partes

I.que se fizerem necessárias;

J.Executar o teste de verificação funcional, previsto em manual do fabricante;

K.Executar as manutenções preventivas de rotina, previsto no manual do fabricante;

L.Verificar e ajustar os sensores;

M.Verificar e substituir todos os componentes/peças/membrana que estiverem desgastados sob demanda;

N.Verificar alarmes.

O.Realizar testes de Controle de Qualidade, testes de alinhamento do campo de radiação, testes de desempenho do controle automático de exposição, limites de definições e contrastes da imagem e testes de padrões de desempenho dos equipamentos de acordo com a instrução normativa nº93 da Anvisa.

P.Todas as manutenções preventivas devem seguir as orientações e procedimentos contidos no Manual do Fabricante;

Q.Em cada manutenção, a CONTRATADA deverá emitir e entregar um relatório (check list em formato digital) assinado e com identificação de seu emissor, identificação do equipamento, as não conformidades encontradas, os procedimentos realizados, a data de realização e assinatura do colaborador da unidade responsável por acompanhar o serviço e enviar para o email da engenharia clínica (engenhariaclinica@saudecaruaru.pe.gov.br)

R.Todos os serviços deverão ocorrer sob a supervisão da Contratante que determinará a presença de profissionais para conferir os serviços executados.

S.As peças de reposição deverão ser novas, originais e estar de acordo com as orientações do fabricante.

T.Deverão fazer a atualização de software quando necessária e informada pelo fabricante, sem ônus à Contratante, (sempre que for necessária para uso seguro do equipamento).

III. Apenas para o software: Upgrades de hardware (novos equipamentos como torres de processamento, dentre outros), não estão contemplados;

IV. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer evento que possa impactar o cumprimento dos prazos contratuais e a realização de manutenções preventivas programadas, apresentar cronograma de execução e documentação comprobatória, garantindo o planejamento conjunto com o Setor de Engenharia Clínica e de Imagem do HMMA, e a mínima interferência na rotina assistencial do hospital.

6.1.4.2. Da Manutenção Corretiva

I. Será empenhado um valor de **R\$ 384.399,96 (trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais, e noventa e seis centavos)** para a contratação de serviço de manutenção corretiva sob demanda destinada ao equipamento do tipo TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO MODELO SOMATOM GO NOW, MARCA SIEMENS, NÚMERO DE SÉRIE 107523;

II. O número de chamados para manutenção corretiva deve ser ilimitado de manutenções corretivas por um período de 12 meses e de forma sob demanda .

III. O chamado e/ou atendimento deverá ser realizado em dias úteis, o primeiro atendimento poderá ser de forma remota, caso não consiga ser solucionado desta forma deverá ser agendada a visita do engenheiro de campo para

solução da manutenção dentro do prazo de atendimento estabelecido de 48 horas úteis da abertura do chamado técnico de manutenção corretiva.

- IV. Chamados realizados aos sábados, domingos, feriados ou dias santificados, deverão ser atendidos no dia útil imediatamente posterior, a partir do turno matutino de forma presencial, caso não seja resolvido de forma remota nas primeiras 24 horas úteis da abertura do chamado.
- V. Todo e qualquer tipo de material e ferramenta ou insumo necessário para avaliação, realização ou execução do serviço deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA.
- VI. Todas as manutenções corretivas devem seguir rigorosamente as orientações e procedimentos contidos no Manual Técnico do Fabricante do equipamento.
- VII. Todas as peças substituídas deverão ser identificadas visualmente, descritas e anexadas imagens em relatório de serviço pela CONTRATADA; Para as peças substituídas devem constar também a justificativa no relatório de serviço o real motivo da sua substituição.
- VIII. A Contratada deverá enviar um relatório para a Engenharia Clínica (engenhariaclinica@saudecaruaru.pe.gov.br) sempre que houver a necessidade da aquisição/troca/reforma das peças/partes/componentes/acessórios/upgrade. Após aprovação deverá ser emitida a Autorização de Fornecimento para a aquisição/troca/reforma/conserto dos equipamentos, o valor da peça a ser trocada. Deve ser informada na ordem de serviço e enviado juntamente com a nota fiscal para o e-mail da engenhariaclinica@saudecaruaru.pe.gov.br. Os valores das peças/componentes a serem substituídas deverão estar de acordo com o valor cotado de peças sob demanda.
- IX. As peças a serem trocadas deverão estar em relatório, para a emissão da ordem de fornecimento. As peças substituídas devem ser novas e possuir garantia estimada de acordo com o fabricante do equipamento.
- X. As manutenções corretivas são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, incluindo visitas técnicas, deslocamentos, hospedagens e mão de obra.
- XI. Sempre que for necessária a aquisição de peças e/ou componentes para a execução desses serviços, a CONTRATADA deverá fornecer previamente um orçamento detalhado e a devida justificativa técnica, submetendo-os à aprovação dos fiscais do contrato ou do Setor de Engenharia Clínica do município de Caruaru do antes da realização do serviço.
- XII. Para falhas que causem paralisação total do equipamento ou risco à segurança do paciente, o atendimento corretivo deverá ser iniciado em até 24 horas úteis após notificação da CONTRATANTE, e a solução definitiva (reparo ou substituição de peça) deverá ocorrer o mais breve possível, desde que haja disponibilidade da peça no território nacional;
- XIII. Para falhas que não impactem diretamente o funcionamento do equipamento, o prazo para correção poderá ser de até 15 (quinze) dias úteis, salvo justificativa técnica aceita pelo Setor de Engenharia Clínica da secretaria municipal de saúde.
- XIV. Em caso de indisponibilidade da peça ou componente no mercado nacional, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após a notificação da CONTRATANTE, apresentar documentação comprobatória da indisponibilidade, previsão de prazo para importação, comprovação de pedido junto ao fornecedor/fabricante e, quando aplicável, proposta de mitigação de risco ou plano de contingência, visando a redução do impacto assistencial.
- XV. Caso o prazo estimado ultrapasse o limite previsto, a CONTRATADA poderá formalizar solicitação de extensão de prazo, mediante justificativa técnica detalhada, que será avaliada e submetida à aprovação do Setor de Engenharia Clínica da secretaria municipal de saúde de Caruaru ou Setor de Imagem do HMMA, sem prejuízo das demais obrigações contratuais assumidas.
- XVI. Garantir que todos os custos logísticos, como transporte de peças, frete, deslocamento, hospedagem, alimentação e quaisquer outros encargos necessários à execução dos serviços estejam incluídos no valor global do contrato, sem repasse de custos adicionais à CONTRATANTE.

6.1.4.3. Recomendações Gerais sobre o Fornecimento de peças/acessórios/componentes (sob demanda)

I - Será empenhado um valor de **R\$ 1.790.496,67 (um milhão, setecentos e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais, e sessenta e sete centavos)** para a contratação do fornecimento de peças e acessórios sob demanda destinado ao equipamento do tipo TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO MODELO SOMATOM GO NOW, MARCA

SIEMENS, NÚMERO DE SÉRIE 107523. Ressalta-se que as peças/partes/componentes/acessórios, deverão ser novas, originais ou similares, compatíveis com o equipamento, de acordo com o exposto/recomendado pelo fabricante;

II - São passíveis de troca, por desgaste ou quebra todas as peças/acessórios/componentes necessários ao bom e correto funcionamento dos equipamentos constantes neste termo de referência, quantas vezes se fizer necessário, incluindo-se: fiação elétrica dos equipamentos, rolamentos, fusíveis, botões, cabos e peças de reposição;

III - A substituição de peças/acessórios/componentes deverá ser efetuada com material original, novo, não-recondicionado, ou similar recomendado pelo fabricante;

IV - Todo e qualquer serviço realizado com necessidade de reposição de peças/acessórios/componentes deverá ser totalmente efetuado pela CONTRATADA com a devida reposição com itens de mesma especificação técnica e características de qualidade dos itens de produção original e de acordo com as especificações técnicas do aparelho danificado;

V - As peças/acessórios/componentes necessários à prestação dos serviços, bem como todo material utilizado nos serviços de manutenção corretiva, ou mesmo preventiva, serão fornecidos pela CONTRATADA, e passarão a ser de propriedade da Contratante;

VI - Todas as peças/acessórios/componentes porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA aos fiscais do contrato;

VII - Para os casos em que o(s) item(ns) não for(em) mais fabricado(s), a Contratada, obriga-se a enviar justificativa e documento do fabricante por escrito atestando o fato, assim como oferecer alternativa para reposição do componente com item de mesmo desempenho ou similar.

6.2. Da Substituição do Objeto

6.2.1. A CONTRATADA deve entregar o objeto conforme as especificações e apresentações exatas descritas em TR/Contrato, autorização de serviço/fornecimento ou qualquer outro documento pertinente fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde. Não serão aceitos objetos que apresentem diferenças em relação àqueles detalhados na proposta vencedora. Exceto em casos de eventos supervenientes, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de eventual alteração ou substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br ;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2.2. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do objeto ofertado.

6.3. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar Nota(s) Fiscal(is) que, além das informações exigidas pela legislação vigente, deve(m) incluir, especificamente no campo de descrição, os detalhes referentes à Autorização do serviço prestado.

6.4. Da Garantia do Serviço

6.4.1. A garantia e responsabilidade do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida regra geral da lei 14.133/2021 nos termos do seu art. 120, e subsidiariamente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo prestador nos casos em que seu prazo seja superior.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Na entrega dos itens/serviços serão verificados os seguintes pontos:

7.1. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

7.2. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar integralmente as normas técnicas e regulatórias expedidas pelos órgãos competentes, especialmente aquelas emitidas pela normatização sanitária correspondente.

7.3. Todos os procedimentos executados pela contratada, incluindo a entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e eventual substituição dos equipamentos, deverão estar em plena conformidade com as normas técnicas específicas da Anvisa e da legislação vigente, além dos dispositivos contratuais firmados com a Administração, garantindo o pleno funcionamento e a compatibilidade dos equipamentos.

7.4. Qualquer falha na execução contratual, tais como atraso na entrega dos equipamentos, defeitos recorrentes, incompatibilidade técnica, ausência de suporte técnico, demora injustificada na substituição de unidades avariadas ou fornecimento de itens fora das especificações, deverá ser corrigida pela contratada de forma imediata e sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

7.5. A aceitação inicial dos serviços prestados não exime a contratada de sua responsabilidade posterior, podendo a Administração Pública, a qualquer tempo, identificar falhas, vícios ocultos, omissões técnicas, condutas dolosas ou incompatibilidades operacionais, cabendo à contratada a adoção das medidas corretivas necessárias ou o ressarcimento por eventuais prejuízos causados à Administração.

7.6. O descumprimento das obrigações contratuais ou das condições técnicas previstas neste instrumento poderá ensejar a recusa da aceitação dos serviços, sem qualquer ônus para a Administração Pública, e acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, bem como na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL - em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, no que se refere ao Critério de Julgamento, nos termos do art. 33, I da lei 14.133/21 - com o escopo de propiciar a ampla participação de licitantes.

8.2. Modo de Disputa

8.2.1. Em atendimento ao art. 56, I da lei 14.133/21, no que se refere ao **Modo de Disputa**, será adotado **Aberto**: *“Envolve a apresentação de lances públicos e sucessivos”*, regulamentado nos termos do art. 15, inciso XIII, do Decreto Municipal n.º 009, de 17 de janeiro de 2024.

8.3. Regime de execução

8.3.1. Em atendimento ao art. 33, I da lei 14.133/21, no que se refere ao Critério de Julgamento, será adotado o de **Menor Preço Global**, regulamentado nos termos do art. 15, inciso XIII, do Decreto Municipal n.º 009, de 17 de janeiro de 2024.

8.4. Forma de execução (Do parcelamento)

8.4.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve considerar o parcelamento do objeto sempre que houver viabilidade técnica e vantagem econômica. Contudo, a análise

técnica e administrativa realizada demonstra que, *no presente caso, o parcelamento do objeto mostra-se inviável*, não atendendo ao interesse público nem aos princípios da eficiência e da economicidade.

8.4.2. A contratação em questão envolve a *Manutenção Preventiva periódica, Calibrações anuais e Manutenções Corretivas sob demanda e ilimitadas, com Reposição de Peças/componentes sob demanda, no equipamento do tipo TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO localizado no HMMA, pelo período de 12 (doze) meses*. O fracionamento do objeto entre múltiplos fornecedores comprometeria a padronização dos serviços, dos equipamentos, dos protocolos de manutenção e dos níveis de atendimento, aumentando o risco de falhas operacionais e de descontinuidade assistencial.

8.4.3. Sob o aspecto da gestão contratual, o parcelamento acarretaria maior complexidade administrativa, com a necessidade de múltiplos contratos, diferentes rotinas de fiscalização, múltiplos responsáveis técnicos e possíveis conflitos de responsabilidade em caso de falhas, atrasos ou intercorrências clínicas. Tal cenário dificultaria a pronta identificação de responsabilidades e a adoção de medidas corretivas imediatas, o que é incompatível com a natureza essencial do serviço.

8.4.4. Ademais, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos exige atuação coordenada, com substituição imediata em caso de falhas, o que pressupõe responsabilidade integral de um único prestador, capaz de garantir atendimento contínuo, logística eficiente e resposta rápida. A fragmentação do objeto poderia resultar em lacunas na cobertura assistencial, com impactos diretos na segurança do paciente e na continuidade do tratamento.

8.4.5 Dessa forma, considerando a necessidade de padronização dos serviços, a eficiência da gestão contratual, a mitigação de riscos assistenciais e a garantia da continuidade do cuidado, ***conclui-se que o parcelamento do objeto não é técnica nem administrativamente recomendável, sendo mais vantajosa a contratação de forma unificada***, em consonância com o art. 47 da Lei nº 14.133/2021 e com o interesse público.

8.5. Exigências de habilitação

8.5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- I. A licitante deverá apresentar Registro ativo da Empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).
- II. A empresa licitante deverá apresentar Certidões de Acervo Técnico – CAT's, ou documento similar, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a licitante prestou ou está prestando serviços com características e quantitativos compatíveis com o objeto do presente certame.
II.a Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- III. Comprovação de Licença Sanitária vigente, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL competente, quando cabível ao item;
- IV. Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta profissional de nível superior como Responsável Técnico, devidamente registrado no Conselho Profissional (Ex.CREA);
- V. O Responsável técnico e/ou sua equipe de trabalho deverão comprovar que participaram de cursos ou treinamentos promovidos pelo fabricante do equipamento ou de treinamentos semelhantes relacionado com a manutenção do equipamento ao pertencente ao edital. Estes treinamentos devem ser comprovados por meio de certificados ou diplomas expedidos e válidos pelas instituições realizadoras de treinamentos para o equipamento do edital;
- VI. Apresentar descrição detalhada do item ofertado e correlacionar com o registro apresentando do número do item correspondente neste Termo de Referência, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS/FORNECEDOR

9.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

- 9.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados à SMS de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;
- 9.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;
- 9.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 9.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- 9.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade - quando aplicável ao caso - e conforme garantia;
- 9.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;
- 9.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SMS;
- 9.9. Substituir, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, os produtos em desconformidade com as especificações do Contrato, sem ônus para a Secretaria;
- 9.10. Comunicar à Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;
- 9.11. Não transferir a outrem, o objeto do Contrato;
- 9.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a SMS, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou do Contrato;
- 9.13. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- 9.13.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 083, de 29 de julho de 2025, mantendo a regularidade dessas condições durante toda a vigência do contrato e apresentando à Administração, sempre que solicitado, a documentação comprobatória de seu cumprimento;
- 9.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Contratação;
- 9.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;
- 9.15.1. Informar ao setor de Gestão de Contratos da SMS, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail)ou outros dados;
- 9.16. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

10.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou do Contrato;

10.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

10.4. Notificar por escrito o CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada ao Contrato;

10.5. Comunicar por escrito o CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

10.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

10.7. Os quantitativos totais expressos neste termo de referência são estimativas e representam as previsões para as contratações durante o prazo de **12 (doze) meses**.

11. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão e fiscalização do Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL TITULAR	NOME:DIOGO FEITOSA SETÚBAL CARGO/FUNÇÃO: Engenheiro Clínico MATRÍCULA:56154-4
FISCAL SUPLENTE	NOME:AMANDA CORDEIRO DE VASCONCELOS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Da Rede Hospitalar MATRÍCULA: 56281-7
GESTOR TITULAR	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA:56199-8
GESTOR SUPLENTE	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 56198-5

11.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

11.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

11.4. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 A presente contratação tem como valor estimado para o serviço de manutenção preventiva programada o importe anual de R\$ 26.780,00 (vinte e seis mil, setecentos e oitenta reais). E como valor estimado para serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças sob demanda, a projeção de reserva no importe total anual de R\$ 2.174.896,63 (dois milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos).

12.2 Projeta-se o orçamento total em **R\$ 2.201.676,63 (dois milhões, duzentos e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos)**, Tendo como valores referenciais os levantados no Orçamento Planilhado do Processo em sede de TR.

12.3 A CONTRATANTE reservará para o período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$ 2.174.896,63 (dois milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos), para manutenções corretivas sob demanda e aquisição de peças e componentes, também sob demanda. Os valores reservados constituem valores meramente com fins orçamentários, não configura de forma alguma compromisso futuro de contratação, ou seja, a contratante só fará o repasse de valores nos casos de necessidade real de manutenções corretivas ou aquisição de peças/componentes.

12.4 Os quantitativos estimados para configuração dos valores planilhados, estão descritos e justificados, atendendo o disposto no art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021 devidamente regulamentado pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 080, DE 05 DE OUTUBRO DE 2023, garantindo que o valor estimado da contratação seja compatível com os preços praticados no mercado. A instrução do processo licitatório, formaliza com registro das fontes consultadas, critérios de escolha dos fornecedores e metodologia utilizada, assegurando transparência, rastreabilidade e conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa

13. DO PAGAMENTO

Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

13.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

13.2. O prestador/contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

13.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o prestador/contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o prestador/contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

13.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

13.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

13.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

13.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

13.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

13.7. Para fins de pagamento, o prestador/contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do prestador/contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

13.8. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

13.9. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

14. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses nos termos do art. 105 da lei 14.133/2021, contados a partir da data de sua assinatura, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, admitida a prorrogação por até 5 anos, no interesse da Administração, por períodos sucessivos nos termos dos arts 106 e 107 da lei 14.133/2021.

14.2. A prorrogação da vigência será formalizada em termo aditivo e fica condicionada à demonstração, pela autoridade competente, de que o há interesse na manutenção dos serviços em virtude da necessidade e de que as condições e os preços, considerados eventuais reajustes incidentes, permanecem vantajosos para a Administração.

14.3. O término do prazo de vigência do Contrato não implica extinção das obrigações decorrentes destes, ainda em execução.

15. DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Aviso de Contratação;

15.1.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

15.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

15.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- i. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. indenizações e multas.

16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, que neste certame é de **11 de setembro de 2026**.

16.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a PRESTADORA/CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. Fica assegurado o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da contratação ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s), conforme indicado a seguir:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferência a saúde
Fonte de recurso	153	Recurso do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda individual união
Fonte de recurso	176	Emenda de bancada união

Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.39.00	Outros serviços terceiros pessoa jurídica
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *contratação* ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da contratação ou da execução contratual.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

19.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19.7. Da Advertência

19.7.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

19.8. Da Multa

19.8.1. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;

IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

19.8.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente;

20.2. O Prestador/Contratado fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

20.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru-PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

20.4. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) máxima(s) da contratação.
ANEXO II	Lista De Peças Passíveis De Reposição



CARUARU
PREFEITURA

Caruaru (PE), 18 de setembro de 2026.

Pollyane Costa Siqueira
Secretaria Executiva de Regulação e Atenção Especializada

Leticia Marianne Rodrigues Silva
Gerência Geral de Gestão



ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADE(S) MÁXIMA(S) DA CONTRATAÇÃO.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	5428 (SIMILAR)	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL PROGRAMADA COM CALIBRAÇÃO PARA O TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO MODELO SOMATOM GO NOW, MARCA SIEMENS, NÚMERO DE SÉRIE 107523.	SERVIÇO	1	R\$ 26.780,00	R\$ 26.780,00
2	5428 (SIMILAR)	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SOB DEMANDA ILIMITADA POR 12 MESES PARA O TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO MODELO SOMATOM GO NOW, MARCA SIEMENS, NÚMERO DE SÉRIE 107523. (VALOR MERAMENTE PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS)	SERVIÇO	12	R\$ 32.033,33	R\$ 384.399,96
3	150185	PEÇAS E ACESSÓRIOS SOB DEMANDA DESTINADO AO TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO MODELO SOMATOM GO NOW, MARCA SIEMENS, NÚMERO DE SÉRIE 107523, CONFORME RELAÇÃO CONTIDA NO ANEXO I. (VALOR MERAMENTE PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS)	PEÇAS	1	R\$ 1.790.496,67	R\$ 1.790.496,67
TOTAL GERAL					R\$	R\$ 2.201.676,63

1 - Em conformidade com Decreto Municipal 080, de 05/10/2023, IN Nº 65, de 7/7/2021, Recomendação 003/2022 Ministério Público de Pernambuco (MPPE) Corroborando com o Manual de Pesquisas de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

2 - Os Parâmetros adotados na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: Pannel de Preços, Aquisições e Contratações Similares de outros entes Públicos (Atas) e Pesquisa direta com Fornecedores. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 6º)

3 - A Metodologia utilizada, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 7º)

4 - Como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Média de Preço entre as propostas apresentadas, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.

5 - Para o item 4, como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Mediana de Preço entre as propostas apresentadas, tendo em vista os valores díspares entre si, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.

6 - Anexamos documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizadas conforme fontes acima, destacamos que de acordo com orientação do TCE/PE na pesquisa em banco de preços optamos por ampliar a pesquisa para o máximo de valores possíveis encontrados.



ANEXO II - LISTA DE PEÇAS PASSÍVEIS DE REPOSIÇÃO

Nome da Peça	Qtde	CATMAT
PLACA DE CONTROLE TCB G2	01	17570 (similar)
MOTOR DE MOVIMENTO HORIZONTAL DA MESA	01	455610 (similar)
CONVERSOR DE FREQUÊNCIA CDB22.004 750W	01	18281 (similar)
CONTROLE DE VARREDURA REMOTA	01	18281 (similar)
DISPOSITIVO DE CONTROLE	01	18281 (similar)
COMPUTADOR ICSI 1B	01	18281 (similar)
COMPUTADOR IRSI 1B	01	18281 (similar)
PLACA DE CONTROLE ACTIVAS 1G	01	17570 (similar)
COLCHÃO DE ESPUMA PARA PACIENTES PHS	01	616937 (similar)
MOTOR DE ROTAÇÃO SMH110D	01	455610 (similar)
MONITOR WCU2416 23	01	18281 (similar)
SUPORTE HALORIEL	01	18281 (similar)
DETECTOR P07A	01	18281 (similar)
TUBO DE RAO X CHRONON XTA	01	617360 (similar)
LASER DE POSICIONAMENTO	01	18281 (similar)
FILTROS PARA SISTEMA DE AR DO GANTRY	01	18281 (similar)
MOTOR 24VDC PLG 52 I 20 25:1	01	18281 (similar)
MOTOR ELÉTRICO PARA MOVIMENTO VERTICAL	01	18281 (similar)
ANÉIS DESLIZANTES LP	01	616978 (similar)
FONTE DE ALIMENTAÇÃO DA MESA PHS VECTO	01	478505 (similar)
SUPORTE COM ESCOVAS DE CONTATO	01	617318 (similar)
PLACA DE CONTROLE DO DETECTOR DO SOMAT	01	17570 (similar)
TECLADO DE COMPUTADOR PADRÃO PORTUGUÊS	01	18281 (similar)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 90E3-F876-1423-3E0E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LETICIA MARIANNE RODRIGUES SILVA (CPF 078.XXX.XXX-82) em 21/09/2026 08:40:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



POLLYANE COSTA SIQUEIRA (CPF 012.XXX.XXX-48) em 21/09/2026 10:20:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/90E3-F876-1423-3E0E>